

ATA N.º 237

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Acta-----

1.1 Acta 236 de 18 dezembro 2015-----

2 Correspondência-----

3 Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4 Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Área de Reabilitação Urbana-----

4.3 Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Apoio-----

4.4 Mapa de Pessoal 2016 – 1ª Alteração-----

4.5 Recrutamento de Pessoal – Pedido de Autorização-----

4.6 Autorização – Compromissos Plurianuais-----

4.7 1ª Revisão Orçamental-----

5 Período Destinado ao Público-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- Ana Raquel Machado e Costa-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Andreia Coutinho Tavares-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- José de Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário Coutinho Martins-----

- Mário José Costa da Silva-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-

presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins, Idalina Pereira Tavares e António Rodrigues Ferreira, Vereadores.-----

--- Faltaram à sessão os membros Alexandre Fernandes Tavares e Rui Manuel Arede Lopes, que apresentaram justificações por escrito, pelo que as mesmas foram justificadas.--

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Acta – Foi apreciada a ata n.º 236, da sessão de 25 de setembro de 2015, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por todos os membros que estiveram presentes naquela sessão, por unanimidade.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência, e ainda dos habituais convites, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

Retorno de Informação Personalizada aos Municípios: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação estatística sobre o município de Sever do Vouga enviada pelo Instituto Nacional de Estatística.-----

CPCJ – Relatório de Atividades 2015 e Plano de Ação 2016: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo do Relatório de Atividades 2015 e Plano de Ação para 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga. O presidente da Assembleia Municipal perguntou ao membro Albano Macedo qual a razão do pedido de retirada deste ponto da correspondência.-----

O membro Albano Macedo explicou que, estando este assunto na correspondência seria minimizar aquele relatório quando a legislação determinava que, quando há condições próprias, deve ser incluído na ordem de trabalhos, o que aconteceu em sessões anteriores.--

O presidente da Assembleia Municipal explicou, por sua vez, que o facto daquele assunto estar na correspondência, deveu-se ao facto do assunto não requerer uma deliberação por parte do órgão deliberativo, sendo apenas para conhecimento e que qualquer membro poderia intervir sobre o mesmo durante o período de antes da ordem do dia. Assim, decidiu-se manter o assunto em correspondência e, em futuras sessões, incluir o mesmo na ordem de trabalhos.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi de **Carla Manuela Borges Soares** que voltou a falar sobre a questão da reposição dos pisos, ou seja, a requalificação de estradas, uma vez que quase nada tinha sido feito no sentido de resolver aquelas situações. Foram reparados muros na E.N. 16, mas no que concerne aos pisos, se já antes das intempéries eram inúmeras as situações que colocavam em perigo a circulação de veículos, aquelas situações agravaram-se ao longo das diferentes freguesias e são agora muitas mais. Questionou se existe algum plano de ação e para quando estaria prevista a requalificação da variante em Cedrim. Relembrou uma situação de que falou na sessão de abril do ano passado e, já que existe a necessidade urgente de intervenção no caminho da fonte, junto à Casa Mortuária, sugeriu que fosse efetuada a ligação até à variante, uma vez que, atualmente, é o único acesso que os moradores têm. Salientou a necessidade na intervenção da proteção civil relativamente ao corte de árvores, naquela via e naquele troço de modo a ser transitável.-----

Relativamente ao corte de árvores, disse serem várias as situações, umas que foram diretamente alertadas por populares ao executivo, e outras que, por várias vezes, foram alertadas na Assembleia Municipal e que ainda se mantêm inalteradas. Disse, ainda, que aquelas árvores, por estarem inclinadas sobre a via pública, ofereciam perigo e colocavam em risco a segurança de quem por ali passa. Lamentou o facto de nada ter sido feito até ao momento.-----

Outro assunto que já tinha sido referido noutra sessão, e que nada mais foi dado a conhecer à Assembleia Municipal, prendia-se com a falta de segurança dos alunos na saída da Escola Básica e Secundária, bem como na paragem dos autocarros. Perguntou que medidas tinham sido tomadas e o que tinha sido feito desde novembro, em que decorreu a reunião do Conselho Municipal de Segurança.-----

Finalmente, falou sobre um pedido de colocação de sinal para o Pároco, em Cedrim, apresentado pela Junta de Freguesia, questionando qual o tempo normal de resposta a um simples pedido de tal natureza, uma vez que o sinal ainda não está colocado e, ainda, porque em janeiro, o vereador do pelouro tinha-lhe informado que o assunto já estaria resolvido, quando, na verdade, foi votado na reunião de 3 de fevereiro. Por fim, questionou quem é que decide sobre a colocação dos sinais de estacionamento.-----

Seguidamente, interveio **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por falar da informação enviada pelo INE, tendo verificado com preocupação os dados respeitantes à estrutura etária da população e taxa de natalidade, considerando que aqueles dados deveriam ser analisados de uma forma mais atenta para serem promovidas ações que visem contrariar aquela tendência. Naquele contexto, o problema das acessibilidades que permitem uma melhor comunicação às vias principais, zonas portuárias e ferroviárias aliadas às características geográficas ao concelho contribuem significativamente para que o mesmo seja pouco atrativo para novas empresas, bem como um fator de impedimento ao desenvolvimento das existentes. Desta forma, apelou a uma análise profunda ao planeamento dos objetivos e prioridades a serem tomadas de forma a transformar o concelho num espaço agradável para se viver, embora já o seja, e que reúna condições para a captação de novas empresas, permitindo a geração de mais emprego e riqueza.-----

Outro assunto que disse preocupá-lo, e que é recorrente, é a ETAR de Sólgo, sendo evidentes os problemas na rede em que as tampas de saneamento saltam e os efluentes transbordam denunciando o mau funcionamento de todo o sistema. Assim, questionou qual o ponto de situação da referida ETAR e quais as medidas tomadas pelo executivo relativamente ao assunto, embora pertencendo à AdRA, deixando um alerta por se tratar de um problema ambiental e de saúde pública que afeta o concelho.-----

Foi dada a palavra a **Mário José Costa da Silva** que começou por congratular a rapidez com que a autarquia resolveu os problemas relacionados com o Centro Escolar de Couto de Esteves e a EM 569, à entrada da freguesia.-----

Relativamente às últimas intempéries que se abateram sobre o país e, em particular, sobre o concelho, chamou a atenção, apesar daquilo que já foi feito, para a existência de algumas barreiras que deslizaram sobre as vias públicas, condicionando a circulação automóvel, fazendo perigar pessoas e bens.-----

Por fim, pediu que o presidente da Câmara Municipal esclarecesse algumas das condições que presidiram à instalação da Escola Profissional de Aveiro no Vougapark, nomeadamente se existe o pagamento de alguma renda à autarquia, ou se esta fez algum investimento na remodelação ou adaptação do edifício por conta da instalação daquela escola.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que abordou novamente a falta de informação relativamente ao tratamento dado aos assuntos trazidos pelos munícipes que intervieram nas sessões da Assembleia Municipal, com uma contínua ausência de resposta aos seus membros. Disse entender que os assuntos podem ser tratados de forma informal, quando os mesmos assim são colocados. Mas, quando são colocados de modo formal, em sessão, deve ser obedecida essa formalidade. Verificandose a omissão de informação, disse entender que deve ser colocada em agenda de trabalhos, com apreciação e tomada de posição sobre a recusa o que, três sessões depois de abordado o assunto, ainda não aconteceu. Solicitou ao presidente da Assembleia Municipal que, na próxima sessão, mantendo-se a ausência de informações acerca de todas as intervenções realizadas na sessão de junho de 2015, seja dado cumprimento à alínea p) do n.º 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal. Disse ter registado com agrado o cumprimento à alínea x) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, ainda que o mesmo tenha demorado algum tempo a ser cumprido.-----

A última intervenção coube a **Albano de Amaral Macedo** que quis transmitir a sua preocupação em relação a algumas questões que lhe tinham sido colocadas por residentes de Dornelas, nomeadamente acerca de uma resolução definitiva das campas que estão a meter água no cemitério de Dornelas, tendo em atenção que a Assembleia Municipal, em tempo oportuno, deliberou ser contra a união das freguesias, gostariam de saber alguns munícipes se o executivo já tinha contactado a ANMP ou a Associação Nacional de Freguesias no sentido de aferir a possibilidade da desagregação de freguesias, tanto que agora poderiam estar criadas algumas condições para essa resolução.-----

Continuou a sua intervenção enaltecendo algumas situações e alguns factos do concelho, começando pelo galardão das empresas Seveme e Metalcovo com o estatuto de PME de excelência de 2015. Daniela Brás, atleta severense, brilhou no mundo do karting. Deu os parabéns à BUMP pelos seus 150 anos de atividade. Enalteceu o valor dos atletas severenses da AMBO, da Cátia Rodrigues por ter obtido excelentes resultados no atletismo. As gentes de Cedrim que não deixaram morrer o Carnaval, gentes de Talhadas que conseguiram unir as diversas associações em prol do Carnaval e dos Reis. A Associação da Senhorinha pela sua participação no carnaval. Louvar a APCDI pela inauguração da UCC. Recordou o produtor de mirtilos Pedro Lobo, por registar a marca Mirtilo de Sever do Vouga. Louvou a Quinta da Castanheira por ter sido premiada pelo doce de mirtilo sem açúcar. Louvou a assembleia de freguesia de Sever do Vouga por ter enaltecido o executivo pelo apoio que lhe foi dado.-----

Antes de passar a palavra ao presidente da Câmara Municipal, o presidente da Assembleia Municipal fez uso da palavra para esclarecer Diana Paiva, dizendo que já tinha dado uma explicação da competência na última sessão e que, de facto, não tem recebido, nos termos do regimento, as respostas do executivo para que fosse a mesa a enviar as respostas aos munícipes que intervêm na qualidade de público. Informou que, na próxima sessão estará na ordem de trabalhos se, de facto, não for facultada essa informação. Em relação às atas, disse acreditar que o assunto já tinha sido discutido, mas deu a seguinte informação: a si remetem as atas da reunião de Câmara e a LAL diz que compete ao presidente da Câmara Municipal. Disse já ter alertado a funcionária a quem compete fazer a remessa das atas à Assembleia Municipal por e-mail.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** para dar resposta às intervenções, tendo começado por responder a **Carla Soares** dizendo que ficou surpreendido por ouvir que nada foi feito, sendo evidente que não se consegue fazer todos os arranjos no tempo que se quer, pois os orçamentos não suportam tudo isso, havendo momentos mais adequados e formas de o fazer.-----

Quanto aos pisos, também não é agora que irão ser executados, pois tinha-se andado a colocar pavimentos até outubro e, a partir daquela altura e com o tempo que tem estado não poderão ser colocados. Disse que, o caso da variante era diferente, estando o mesmo a ser discutido com o empreiteiro da barragem e que ficou a promessa de ser colocado porque foram eles que o danificaram. Disse não ser possível colocar pisos em contínuo, como o caso do caminho da fonte e de outros danificados pelas intempéries, e que está a ser feito o levantamento global da situação, uma vez que, em princípio, alguns irão ser comparticipados pelo fundo de emergência municipal, e talvez pelo ministério do ambiente e da agricultura. Aquela informação vem na sequência de uma reunião que teve com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, cujo assunto foi colocado por si para ver até onde chegam os apoios daquelas instituições.-----

Relativamente ao corte de árvores, está a ser feito um levantamento rigoroso e a ser preparado um procedimento para fazer a limpeza da vegetação não só nesses locais de Cedrim mas em toda a E.N. 16. Mais informou que, no orçamento está prevista a reposição de muros, pintura integral da estrada, limpeza das bermas e taludes da E.N. 16 para ser feito tudo numa empreitada.-----

Sobre a situação dos sinais, disse que a mesma foi resolvida apenas agora porque existem os seus trâmites, nomeadamente a avaliação do local, ver se era ou não possível em termos de direitos, recolher informação da junta, e ser analisado em reunião de Câmara.-----

Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, disse que, ainda há dias voltou a ser comunicada à GNR e já ter-se notado alguma diferença na atuação da escola segura, pois as forças de segurança têm passado mais vezes por aquela zona e voltou-se a insistir em mais vigilância naquela escola.-----

Respondendo à intervenção de **Toni Martins**, disse conhecer bem os dados do relatório do INE e que os mesmos estavam a ser analisados, estando a ser preparado o regulamento geral que irá contemplar situações relativas a incentivos à natalidade.-----

Quanto às zonas empresariais, não existe tanta oferta como o necessário, mas tem sido resolvido o problema da procura e têm sido melhoradas as zonas industriais no sentido de acolher mais empresas, o que tem acontecido. Disse que, o grande problema que tem vindo a manifestar, em todos os locais públicos onde tem havido oportunidade de confrontar membros dos governos, são as acessibilidades. Disse que, o seu grande objetivo era o acesso principal à A25, mas que é necessário ir aos vários pontos governamentais pedindo ajuda às empresas, que é o que tem sido feito para que o assunto seja valorizado como importante e consiga entrar algum apoio dos fundos comunitários, o que não é fácil.-----

Sobre a ETAR de Sóligo, disse que todos sabem o que se passa, e que tem havido contacto com a AdRA quase diariamente sobre o assunto. Informou que a AdRA tem o concurso na fase final, mas que existem duas reclamações o que, possivelmente, irá fazer com que o concurso se arraste durante mais um tempo, mas é um procedimento natural que ninguém pode ultrapassar.-----

Passando para a intervenção de **Mário Silva**, agradeceu a congratulação, embora a mesma não fosse necessária, pois é necessário ir aos locais com a brevidade possível, embora não seja possível resolver os problemas todos, ainda por cima com as intempéries, e os danos não são resolvidos a correr porque existem vários casos e alguns com prejuízos muito grandes.-----

Disse que, no Centro Escolar do Couto, não foi fácil resolver o problema por ser complicado, mas conseguiu-se arranjar gente capaz para o fazer.-----

Sobre a Escola Profissional de Aveiro, disse que a mesma veio para cá através de um trabalho de algum tempo de aprofundamento e veio ocupar determinados espaços que paga no Vougapark, pois tem contrato de ocupação, sendo que as áreas estão perfeitamente marcadas, ocupando apenas espaço que estava vago. Aproveitou para dizer que há grandes preocupações sobre a permanência da EPA, não sabendo porquê, mas disse preocupar-se de certa forma com a segurança dos alunos devido à circulação das vias na E.N. 328 tendo colocado a questão à Infraestruturas de Portugal para que seja construído um passadiço exterior para dar alguma segurança aos alunos. Disse não existir incompatibilidade nenhuma entre a EPA e os cursos profissionais do Agrupamento.-----

Passando para a intervenção de **Diana Paiva**, disse lembrar-se da questão colocada na sessão de junho, que era a frequência das escolas de Silva Escura e Dornelas. Disse nunca ter informado a mesa da Assembleia Municipal porque o assunto tinha ficado tal como estava, não tendo havido qualquer diferença de funcionamento em relação ao ano letivo anterior. Lamentou não ter informado por escrito mas foi apenas por não ter havido qualquer alteração. Disse não se lembrar de mais nenhuma situação que não tivesse sido respondida.-----

O presidente da Assembleia Municipal disse que, através da mesa da Assembleia Municipal, nenhuma questão foi respondida.-----

O presidente da Câmara Municipal perguntou quais tinham sido as outras.-----

O presidente da Assembleia Municipal disse não se lembrar de todas, mas que houve uma relacionada com uma construção.-----

O presidente da Câmara Municipal informou que todos os interessados foram informados, mas não através da Assembleia Municipal. Mais disse que faria chegar-lhe essas informações.-----

Continuando a sua intervenção, e para responder a **Albano Amaral**, o presidente da Câmara Municipal disse que o problema com as campas no cemitério de Dornelas foi um trabalho complicado de se resolver, mas que já foi solucionado.-----

Sobre a união das freguesias, disse ser um assunto que não estava esquecido e que tinha colocado essa questão na reunião que tinha tido com a Secretária de Estado de Modernização Administrativa onde lhe tinha sido dito que o governo está a analisar a situação, mas que não tem ainda qualquer perspectiva se vai ou não reverter alguns processos.-----

A maioria dos membros que interveio entregou à mesa as cópias das suas intervenções que dela fazem parte integrante e vão ser arquivadas juntamente com os documentos desta sessão.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Posto isto, como não houve qualquer questão passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

4.2 Área de Reabilitação Urbana: - Foi apresentada a proposta da Câmara Municipal relacionada com a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da vila de Sever do Vouga, que inclui os critérios de delimitação e os objetivos estratégicos a prosseguir, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, referente ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. A delimitação da ARU determina que o município defina uma estratégia de intervenção integrada e, ainda, que estabeleça os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI e IMT) para estabelecer um envolvimento ativo dos proprietários no processo de reabilitação urbana.-----

Aberto um período de intervenção, foi dada a palavra a **Albano Macedo** que deixou algumas sugestões, nomeadamente a equação de novas funções para alguns espaços dos “complexos quase mortos”; dotação das infraestruturas públicas na área do mesmo nível de infraestruturização das zonas de expansão urbana mais recentes, redes hidráulicas, gás, eletricidade, telecomunicações e outras; requalificação das redes de drenagem de águas pluviais; requalificação dos espaços públicos, infraestruturas e áreas que envolvem os respetivos edifícios ou parques, para além da substituição dos materiais deve pressupor uma alteração do desenho por forma a reduzir a área afeta ao automóvel, circulação e estacionamento; proibição de estacionamento na entrada do centro urbano, junto à Padaria Flor do Vouga; melhor arborização dos espaços verdes existentes; melhor tratamento de jardinagem nos declives das escolas; melhor apresentação nos taludes das entradas da vila; embelezamento das entradas da vila; arborização de alguns arruamentos para complementar a falta do verde urbano e a vegetação que preenche os espaços não construídos de natureza privada, que contribui de forma evidente para a qualidade da zona. Assim, na futura densificação desta área deve ser assegurada a presença de espaços verdes para respiração, recreio e enquadramento paisagístico como no parque do novo arruamento; proibição de manchas ou pequenas bolsas de arborização, como eucaliptais, ou zonas de acácias ou mimosas dentro da área urbana. Finalmente, enunciou os objetivos por que todos anseiam: melhoria do ordenamento paisagístico da área urbana de Sever do Vouga; a preservação de valores identitários da ruralidade do concelho; a promoção do enquadramento e valorização paisagística destas intervenções no território do concelho; valorização dos cenários da paisagem cultural.-----

Colocado este ponto à votação, de acordo com o previsto no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e nos termos da proposta aprovada e apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana, com a seguinte votação:-----

Dezoito votos a favor – Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida,

Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva e Sérgio Soares da Silva.-----

Oito abstenções – Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

4.3 Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Apoio: - Foi analisada uma proposta da Câmara Municipal para a atribuição de um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, no valor de € 8 000,00 (oito mil euros) para a substituição da cobertura do edifício do Centro Social daquela freguesia. Esta proposta vem na sequência do pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Pessegueiro que já abriu um concurso por ajuste direto cuja melhor proposta apresentou o valor de € 34 649,04 (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove euros e quatro centimos). De acordo com o previsto no regulamento e na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição de um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, no valor de € 8 000,00 (oito mil euros), para a substituição da cobertura do edifício do Centro Social da freguesia de Pessegueiro do Vouga.-----

4.4 Mapa de Pessoal 2016 – 1ª Alteração: - Foi presente e analisada a proposta para a 1ª Alteração do Mapa de Pessoal 2016, elaborada atendendo à necessidade da realização das seguintes alterações:-----

- a) Criação de um novo posto de trabalho de Assistente Técnico para o Balcão de Atendimento, com eliminação do posto que constava no Gabinete Administrativo;-----
- b) Criação de um novo posto de trabalho de Assistente Técnico no Serviço de Ação Social e Educação.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2016, de acordo e para efeitos do previsto no artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.5 Recrutamento de Pessoal – Pedido de Autorização: - Com base na proposta apresentada pela Câmara Municipal, e nos termos do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a abertura de um procedimento concursal, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior, para exercer funções no Museu Municipal.-----

4.6 Autorização – Compromissos Plurianuais: - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, conjugado com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal autorizou a assunção dos encargos plurianuais relacionados com a revisão do valor da quota da Adrimag, que passou a ser de € 500,00 (quinhentos euros) mensais.-----

O presidente da Assembleia Municipal questionou a legalidade desta deliberação, tendo o Diretor de Departamento respondido afirmativamente.-----

4.7 1ª Revisão Orçamental: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª Revisão Orçamental de 2016, que corresponde à 3ª Modificação, com aumento do valor global do orçamento no valor de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), com distribuição de € 243 000,00 (duzentos e quarenta e três mil euros) pelas despesas correntes e € 757 000,00 (setecentos e cinquenta e sete mil euros) pelas despesas de capital, como consta, também, na revisão do Plano Plurianual de Investimentos.-----

Dezoito votos a favor – Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva e Sérgio Soares da Silva.-----

Oito abstenções – Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Rui Manuel Dias Gomes, residente em Paçô, Cedrim, interveio para dizer que, como membro da Fábrica da Igreja de Cedrim, o senhor padre pediu que se fizesse um pedido ao presidente da Junta de Freguesia para a colocação de um sinal de estacionamento exclusivo ao pároco de Cedrim. Sendo que o pedido tinha sido feito no passado dia 22 novembro à Junta de Freguesia. disse querer saber em que local iria ser colocado aquele sinal, uma vez que lhe tinha sido transmitido que iria ser colocado um sinal para deficientes em frente à sacristia.-----

O presidente da Assembleia Municipal disse que aquela intervenção devia ter sido feita em reunião de Câmara e não naquela sessão e pediu que o órgão executivo desse a resposta na hora.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que o pedido tinha sido aprovado em reunião de Câmara e que o vereador do pelouro tinha ido com o presidente da Junta de Freguesia, ao local, e que tinha sido decidido colocar o sinal de estacionamento reservado ao pároco, em frente à sacristia.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----